



000097747/00

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE
ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA
FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, DA VALE DO TIJUCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.**

entre

VALE DO TIJUCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.,
como Emissora

COMPANHIA MINEIRA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL PARTICIPAÇÕES
como fiadora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE VALORES MOBILIÁRIOS,
representando a comunhão dos titulares das Debêntures

Datado de
11 de novembro de 2013



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, DA VALE DO TIJUCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.

Pelo presente instrumento, como emissora:

Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR 050, Km 121, sem número, Distrito Industrial, CEP 38056-050, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 08.493.354/0001-27, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista");

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"); e

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações, sociedade por ações, com sede na Cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR 050, Km 121, sem número, Distrito Industrial, CEP 38056-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.493.364/0001-62, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Fiadora" ou "CMAA");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e com Garantia

Fidejussória Adicional, da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura de Emissão é firmada com base na autorização deliberada em assembleia geral extraordinária da Emissora, realizada em 11 de novembro de 2013 ("AGE"), na qual foram deliberadas (a) aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições, em especial a constituição das Garantias Reais (conforme abaixo definido); e (b) autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A Garantia Fidejussória (conforme abaixo definido) foi devidamente aprovada por meio da Reunião do Conselho de Administração da CMAA, realizada em 08 de novembro de 2013 ("RCA CMAA").

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1 A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (respectivamente, "Emissão" ou "Oferta Restrita" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. *Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA*

2.1.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada, perante a CVM, do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 ("Lei 6.385/76").

2.1.1.2 Além disso, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a oferta pública de distribuição das Debêntures está automaticamente dispensada de registro perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").

2.1.2. *Arquivamento e Publicação da AGE*

2.1.2.1. A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG"), e (ii) no "Jornal da Manhã", nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. A ata da RCA CMAA será devidamente arquivada na JUCEMG, e será publicada no (i) DOEMG e (ii) no "Jornal da Manhã", nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.3. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata de AGE e da RCA CMAA devidamente arquivadas na JUCEMG, em até 03 (três) Dias Úteis contados a partir da data de arquivamento.

2.1.3. *Inscrição e Registro desta Escritura de Emissão*

2.1.3.1 Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEMG, conforme o disposto no Artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º do mesmo artigo da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser levados a registro, pela Emissora, em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora e pelo Agente Fiduciário.



097747/00

2.1.3.2 Adicionalmente, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em razão da Garantia Fidejussória (conforme abaixo definido), esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes ou domicílios das partes desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do registro da Escritura na JUCEMG.

2.1.3.3 Uma via original da Escritura de Emissão devidamente registrada na JUCEMG e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, será entregue ao Agente Fiduciário tempestivamente após a data do registro.

2.1.4. *Registro para Colocação e Negociação*

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”); e (ii) negociação, observado o disposto no item 2.1.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.4.2. Não obstante o descrito no item 2.1.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas (i) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 da Instrução CVM 476, e (ii) nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, (a) entre investidores considerados como qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Investidores Qualificados” e “Instrução CVM 409”, respectivamente), ou (b) entre quaisquer investidores, na hipótese de a Emissora obter o registro de emissor perante a CVM, de que trata o artigo 21 da Lei 6.385/76, e (iii) observado o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.



0097747/00

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (a) a produção, comercialização e exportação de açúcar, álcool e outros derivados do processamento de cana-de-açúcar; (b) a prestação de serviços a terceiros e a industrialização por ordem destes; (c) a co-geração e comercialização de energia elétrica, podendo atuar com a exploração de cultivo de cana-de-açúcar, em terras próprias ou de terceiros; (d) a comercialização de cana-de-açúcar, própria ou de terceiros; (e) a intermediação de venda de cana-de-açúcar; e (f) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 4.1.2 abaixo).

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 12.000 (doze mil) Debêntures.



00097747/00

3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1 O Banco Liquidante será o Itaú Unibanco S.A, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o Escriturador Mandatário será a Itaú Corretora de Valores Mobiliários, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.7 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação, para o montante de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), do Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") e do Banco Rabobank International Brasil S.A. ("Rabobank" e, em conjunto com Votorantim e com Itaú BBA, "Coordenadores" e cada um individualmente como "Coordenador"), a ser prestada de forma individual e não solidária, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da 1ª Emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Colocação").

3.7.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.7.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a



televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.7.4. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca desta Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.7.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.

3.8 Destinação dos Recursos

3.8.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados para o refinanciamento do endividamento bancário e reforço de caixa para capital de giro da Emissora.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas das Debêntures

4.1.1 *Valor Nominal Unitário*

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2 *Data de Emissão*

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 14 de novembro de 2013 ("Data de Emissão").



0000097747/00

4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 14 de novembro de 2016, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula VI abaixo e da Oferta de Resgate Antecipado prevista no item 5.1 abaixo ("Data de Vencimento").

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21 terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

4.1.6 *Conversibilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, conforme estabelecido na Cláusula 4.11 abaixo, contando ainda com garantia fidejussória nos termos da Cláusula 4.12 abaixo.

4.2. Subscrição

4.2.1 Prazo de Subscrição

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e na Instrução CVM 476.

4.2.2 Preço de Subscrição

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida na Cláusula 4.6 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, observado o disposto no inciso II do artigo 4º da Instrução CVM 476.

4.3 Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos do MDA adotados pela CETIP.

4.4 Direito de Preferência

4.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.5 Atualização do Valor Nominal

4.5.1 As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente.

4.6 Remuneração

4.6.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela

CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 3,00% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa", em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento, na Data de Vencimento.

4.6.2 O cálculo dos juros remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:



000097747/00

- k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até n_{DI} ;
- n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;
- TDI_k = Taxa DI, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- K = 1, 2, ..., n ;
- DI_k = Taxa DI, de ordem k , divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

- spread* = 3,0000;
- DP* = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.6.2.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.6.2.2 Observado o quanto estabelecido no item abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.6.2.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis acima ou da data de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, assembleia geral de debenturistas ("AGD") para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão,



000097747/00

as fórmulas do item acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.2.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

4.6.2.5 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. Neste caso, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Cláusula 4.6 e seguintes desta Escritura de Emissão para fins de cálculo da Remuneração.

4.6.2.7 Para fins desta Escritura de Emissão, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional na República Federativa do Brasil.

4.6.2.8 Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (exclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período (inclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.6.3 A Remuneração será paga em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 14 de dezembro de 2013 e o último será devido na Data de Vencimento, observado o

disposto no item 4.9.2 abaixo.

4.7 Amortização

4.7.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de cada ano, sendo que a primeira amortização será devida em outubro de 2014 (inclusive) e a última será devida na Data de Vencimento, observado o disposto nesta Escritura de Emissão, conforme tabela abaixo ("Datas de Amortização"):

Data da Amortização	% sobre o Valor Nominal Unitário
14 de outubro de 2014	11,1111
14 de novembro de 2014	11,1111
14 de junho de 2015	11,1111
14 de julho de 2015	11,1111
14 de agosto de 2015	5,5555
14 de setembro de 2015	5,5555
14 de outubro de 2015	5,5555
14 de novembro de 2015	5,5555
14 de junho de 2016	5,5555
14 de julho de 2016	5,5555
14 de agosto de 2016	5,5555
14 de setembro de 2016	5,5555
14 de outubro de 2016	5,5555
14 de novembro de 2016	5,5561

4.8 Repactuação Programada

4.8.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.9 Condições de Pagamento

4.9.1 *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*



000097747/00

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Escriturador Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

4.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.9.3 *Encargos Moratórios*

4.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ressalvado o disposto no item 4.9.2 acima, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").



4.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 4.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10 **Publicidade**

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOEMG e no Jornal da Manhã de Uberaba, na forma de "Aviso aos Debenturistas", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização.

4.11 **Garantias Reais**

4.11.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações, principais ou acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, multas, custos, taxas, penalidades, comissões, tributos, despesas, indenização ou correção monetária, se aplicável, bem como valores necessários para que o Agente Fiduciário execute as Garantias ("Obrigações Garantidas"), a Emissão contará com as garantias reais representadas por:

(i) hipotecas em primeiro grau dos imóveis das matrículas nºs 56.827, 56.828 e 56.829, nos termos das 3 (três) Escrituras Públicas de Hipoteca, no valor total de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures ("Hipoteca") observado ainda que o valor do imóvel em garantia poderá ser atualizado caso nos termos das Escrituras Públicas de Hipoteca; e

(ii) conforme os termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), cessão fiduciária de direitos creditórios ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", e, quando em conjunto com a Hipoteca, "Garantias Reais"), compreendendo, (a) todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes de contratos de compra e venda de etanol ("Direitos Creditórios de Etanol"); (b) a totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Emissora contra o banco centralizador, pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos em pagamento dos Direitos Cedidos e de quaisquer outros valores, mantidos em depósito, na conta corrente de titularidade da Companhia ("Conta Vinculada"), independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; (c) a Conta Vinculada; e (d) a totalidade dos créditos de titularidade da Emissora contra o banco centralizador decorrentes de certificados de depósito bancário com liquidez diária de emissão do banco centralizador, sendo que "a", "b" e "c", quando em conjunto, "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente".

4.11.2. O valor total das Garantias deverá, durante o prazo e vigência das Debêntures, representar, no mínimo, 120% (cento e vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures ("Valor Mínimo"), observado que tal o montante considerará a soma dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária e outras avenças, firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária") e o valor da Hipoteca.

4.11.2. O Contrato de Cessão Fiduciária será registrado em até 15 (quinze) Dias Úteis e as Hipotecas serão registradas em até 90 (noventa) Dias Úteis, ambos os prazos contados da data de suas respectivas assinaturas, nos Cartórios de Imóveis e nos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes ou domicílios das partes ("Cartórios"), conforme o caso, na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original das Garantias, devidamente registradas nos Cartórios, em até 10 (dez) dias contados da obtenção dos respectivos registros.

Handwritten signatures and initials.



0097747/00

4.12. Garantia Fidejussória

4.12.1 Em complemento às Garantias Reais previstas na Cláusula 4.11, a CMAA presta fiança em favor dos Debenturistas, aqui representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal responsável pelo cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme os termos e condições abaixo delineados ("Fiança", "Garantia Fidejussória" e, quando em conjunto com as Garantias Reais, "Garantias").

4.12.2 A Fiadora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora das Obrigações Garantidas, independentemente de outras garantias constituídas ou que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta.

4.12.3 As Obrigações Garantidas serão pagas pela Fiadora, de forma solidária, podendo o Agente Fiduciário exigir as Obrigações Garantidas diretamente da Fiadora, em até 5 (cinco) Dias Úteis, mediante envio de notificação por escrito à Fiadora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures, resguardado o direito de regresso da Fiadora contra a Emissora e observado o disposto abaixo ("Notificação de Inadimplemento"). A Notificação de Inadimplemento deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas (a) após a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão, respeitados eventuais períodos de cura e/ou (b) quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.4 O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e, conforme o caso, fora do âmbito da CETIP.

4.12.5 A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e os artigos

77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.12.6 A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.7 As obrigações da Fiadora aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Companhia e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Companhia; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Companhia, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

4.12.8 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Companhia nos termos das Debêntures, e/ou desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia. A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.

4.12.9 A Fiadora se obriga a, caso receba qualquer valor da Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil (conforme definido abaixo) contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

4.12.7 Esta Fiança é prestada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável e entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

4.12.8 A Fiadora, desde já, reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data da liquidação integral das Obrigações Garantidas.

4.12.10. No exercício de seus direitos, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Documentos das Garantias (conforme abaixo definido), o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das Obrigações Garantidas.

4.12.11. As Garantias referidas acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora e pela Fiadora, conforme aplicável, vigendo até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura de Emissão de Hipoteca, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia, desta Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias, a serem firmados entre a Emissora, a Fiadora, o Agente Fiduciário e a instituição depositária da Conta Vinculada (conjuntamente, os "Documentos das Garantias").

CLÁUSULA V

OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1 Oferta de Resgate Antecipado

5.1.1 A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, a partir de maio de 2014 e exclusivamente nas Datas de Amortização previstas na cláusula 4.7 acima, mediante pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela



00097747/00

Emissora nos termos desta Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado").

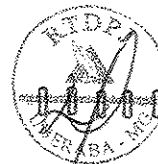
5.1.2 A Oferta de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante a publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.10.1 acima com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo resgate antecipado ("Comunicação de Resgate"), a ser realizada pela Emissora, sendo que a data do resgate antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil e todas as Debêntures resgatadas deverão ser liquidadas na mesma data ("Data de Resgate").

5.1.3 Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a data de resgate antecipado; (ii) o valor do resgate antecipado nos termos da cláusula 5.1.4 abaixo; (iii) a forma de manifestação do Investidor; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

5.1.4 O valor da Oferta de Resgate Antecipado corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, e acrescido de um prêmio incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário que serão resgatadas, a ser definido de comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas à época do resgate.

5.1.5. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no CETIP21, e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

5.1.6 A CETIP e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados da realização do resgate antecipado com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data estipulada para sua realização, pela Emissora com anuência do Agente Fiduciário.



97747/00

5.1.7 As Debêntures resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 5.1, serão obrigatoriamente canceladas.

5.2 Aquisição Facultativa

5.2.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Vencimento Antecipado Automático

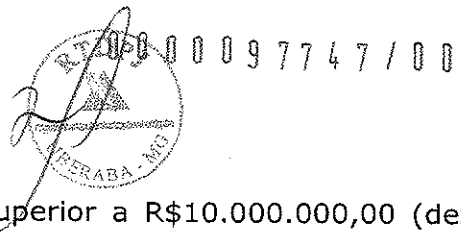
6.1.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, exigindo o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) pedido de autofalência pela Emissora e/ou Fiadora, ou se a Emissora e/ou Fiadora tiver(em) sua falência requerida e não elidida no prazo legal ou tiverem sua falência decretada;



0097747/00

- ii) se a Emissora e/ou a Fiadora propuser(em) plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- iii) se a Emissora e/ou a Fiadora ingressar(em) em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- iv) se a Emissora e/ou a Fiadora sofrer(em) liquidação, dissolução ou extinção, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, incluindo acordo de credores;
- v) na hipótese desta Escritura de Emissão, tornarem-se comprovadamente inexequíveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável;
- vi) se as Garantias previstas nesta Escritura de Emissão: (a) forem objeto de qualquer questionamento pela Emissora ou pela Fiadora; (b) não forem devidamente constituídas e/ou formalizadas; (b) forem anuladas, nulas, ou invalidadas sob qualquer forma; ou (c) de qualquer forma, deixarem de existir, exceto se, (1) até dentro de 10 (dez) Dias Úteis contatos da ocorrência do fato tenha sido apresentada aos Debenturistas garantia substituta e (2) a garantia substitua seja aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas nos termos dos Documentos de Garantia;
- vii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão;
- viii) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida bancária ou de mercado de capitais local ou internacional, ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora e/ou a Garantidora sejam partes;
- ix) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária a que a Emissora e/ou a Garantidora estejam sujeitas, que não as previstas nesta Escritura de Emissão, cujo valor



individual e/ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

- x) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros prevista no seu estatuto social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas, caso a Emissora esteja inadimplente com relação (a) ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures; (b) aos limites financeiros estabelecidos na alínea (x), da Cláusula 6.2.1 abaixo;
- xi) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, sem a anuência prévia de titulares das Debêntures representando 80% das Debêntures em Circulação;
- xii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- xiii) redução do capital social da Emissora em inobservância ao disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações e sem a anuência prévia de titulares das Debêntures representando 80% das Debêntures em Circulação;
- xiv) caso as acionistas da CMAA não observarem a obrigação de aporte de capital necessário na CMAA, que, por sua vez, deverá realizar aporte de capital na Emissora, no caso da Dívida Líquida (conforme definido na cláusula 6.2.1 (x), item (iii)) da Emissora ser superior a R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) durante o prazo de vigências das Debêntures, nos termos do acordo de acionistas celebrado em 25 de junho de 2013. O aporte a ser realizado pela CMAA e, subsequentemente na Emissora, deverá ser realizado em montante suficiente para regularizar o não atendimento do cálculo dos Índices Financeiros da cláusula 6.2.1 (x), itens (i) e (iii).

6.1.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão.

6.2 Vencimento Antecipado Não Automático

6.2.1 O Agente Fiduciário deverá convocar AGD, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures sendo que, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora e/ou da Fiadora o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, que não seja sanada no prazo de cura específico, caso haja, ou no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- ii) aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita no item 3.8 desta Escritura de Emissão;
- iii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou Fiadora nesta Escritura de Emissão, nos Documentos das Garantias e/ou no Contrato de Colocação, conforme o caso;
- iv) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a manutenção ininterrupta das atividades desenvolvidas pela Emissora;



0000097747/00

- v) mudança ou alteração do objeto social da Emissora de forma a alterar as atuais atividades principais da Emissora ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas, salvo se aprovada por Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação;
- vi) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, exceto o imóvel objeto da Hipoteca, que deverá ser tratado nos termos do item (vi) da Cláusula 6.1.1 acima;
- vii) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou laudo arbitral definitivo contra a Emissora, que não caiba qualquer tipo de manifestação, em valor individual igual ou superior a R\$100.000,00 (cem mil reais);
- viii) protesto de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, que individualmente ou de forma agregada ultrapasse o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, ou o seu equivalente em outras moedas, salvo (a) se o protesto for cancelado, sustado judicialmente, em qualquer hipótese, no prazo de até 5 (cinco) dias do protesto, ou (b) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário;
- ix) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Oferta Restrita, à exceção desta Escritura de Emissão, tornarem-se comprovadamente inexecutáveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável;
- x) não atendimento, pela Emissora, de qualquer dos índices e limites financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros"), a serem acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras de encerramento dos exercícios fiscais da Emissora (as quais deverão conter nota explicativa específica sobre o

cumprimento dos índices e limites financeiros abaixo previstos) em até 15 (quinze) dias corridos após a sua divulgação, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação às demonstrações financeiras relativas a 30 de março de 2014 e as demais verificações ocorrerão até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures. No caso de impossibilidade de verificação e conferência desses índices e limites financeiros pelo Agente Fiduciário, poderá este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

(i) A razão entre Dívida Líquida e EBITDA não poderá ser superior a 5,5 em março de 2014; 4,5 em março de 2015 e 4,0 a partir de março de 2016;

(ii) A razão entre Patrimônio Líquido e o Total de Ativos não deverá ser inferior a: 0,12 em março de 2014; 0,14 em março de 2015 e 0,16 em março de 2016;

(iii) A Dívida Líquida da Emissora não deverá ser superior a R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) para todos os anos.

onde:

"Dívida Líquida": corresponde ao somatório das dívidas onerosas da Emissora, menos as disponibilidades de curto prazo (somatório do caixa mais aplicações financeiras). Fica desde já acordado que as fianças e avais outorgados pela Emissora para fornecedores de cana não irão compor o cálculo de Dívida Líquida.

"EBITDA": corresponde a receita operacional líquida menos (a) o custo dos produtos vendidos; (b) as despesas com vendas, gerais e administrativas; e (c) outras despesas operacionais líquidas; mais (d) as despesas com depreciação, exaustão e amortização. Quaisquer rubricas relativas à variação do ativo biológico não deverão ser consideradas no cálculo do EBITDA.

"Patrimônio Líquido": corresponde ao Total de Ativos menos o total de



0000097747/00

passivos, conforme informado nas demonstrações financeiras.

"Total de Ativos": corresponde ao total de ativos circulantes e não circulantes, conforme informado nas demonstrações financeiras.

- xi) a Emissora realizar, direta ou indiretamente, qualquer transação ou série de transações (incluindo, entre outras, compra, venda, arrendamento, aluguel, transferência, contribuição de ativos ou direitos ou permuta de bens ou direitos) com qualquer pessoa ou entidade relacionada, a menos que a referida transação ou série de transações sejam realizadas em termos e condições não menos favoráveis à respectiva pessoa, do que aqueles que teriam sido obtidos em uma transação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma pessoa que não fosse uma entidade ou pessoa relacionada;
- xii) constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer bem integrante do ativo permanente ou do ativo imobilizado da Emissora em benefício de dívidas de terceiros ou de partes relacionadas;
- xiii) prestação de garantia fidejussória (aval e fiança) pela Emissora, exceto para os casos de concessão das referidas garantias para fornecedores de cana da Emissora, exceção esta limitada ao volume total e agregado de até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e
- xiv) concessão de empréstimos, mútuos, fianças, avais, adiantamentos ou qualquer forma de crédito pela Emissora a qualquer partes relacionadas, incluindo seus acionistas diretos e indiretos da Emissora;
- xv) cisão, fusão incorporação ou incorporação de ações da ou pela Emissora (ou qualquer outra forma de reorganização societária com efeito análogo a estas hipóteses), excetuando desse item a reorganização societária em que haja a anuência prévia de titulares das Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, incorporação entre controladas da Emissora e incorporação pela Emissora de suas controladas;



00097747/00

- xvi) não cumprimento pela Companhia dos Percentuais das Garantias, conforme estabelecido nos Documentos das Garantias e na Cláusula 4.11 acima;
- xv) se ocorrer qualquer mudança na composição acionária ou ainda mudança do controle acionário (direto ou indireto) da Emissora ou da Fiadora, sem a anuência prévia de titulares das Debêntures representando 80% das Debêntures em Circulação;
- xvi) alienação, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, de qualquer bem integrante do ativo permanente ou do ativo imobilizado da Emissora, salvo quando se tratar de (a) bens inservíveis ou obsoletos; ou (b) bens que sejam substituídos por novos de idêntica finalidade;

6.2.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.

6.2.3 Caso a AGD mencionada no item 6.2.1 acima não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.4 Uma vez instalada a AGD prevista no item 6.2.1, será necessário o quórum especial de titulares que representem 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

6.2.5 Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Liquidante.

6.2.6 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o pagamento pela Emissora ou pela Fiadora do Valor Nominal Unitário, acrescido da

Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos deverá ser efetuado em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do protocolo da carta mencionada no item 6.2.5 acima, sob pena do disposto no item 6.2.7 abaixo. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.2.7 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA VII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras publicadas e completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; e (3) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, devidamente auditados por auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;



0097747/00

- b) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados das datas de suas divulgações, cópias de suas demonstrações financeiras relativas ao respectivo trimestre;
 - c) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada; e
 - d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.1 e 6.2 em até 1 (um) Dia Útil contados da data em que a Emissora tomou conhecimento de tais eventos;
 - e) aviso aos Debenturistas, fatos relevantes conforme definidos na Instrução da CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, possam influir de modo ponderável o interesse dos Debenturistas, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados.
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
 - iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

- iv) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, Debenturistas e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente e de forma relevante sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures;
- v) informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto para disponibilização do relatório anual. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle da Emissora, no encerramento de cada exercício social;
- vi) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, em até 02 (dois) Dias Úteis nos termos da Cláusula VIII desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura, mas não o faça;
- vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio dos documentos e prestação das informações que lhe forem solicitadas, no prazo determinado pela referida autarquia;
- viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- ix) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas,

inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;

- x) fazer com que os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta sejam utilizados exclusivamente de acordo com o disposto o item 3.8 acima;
- xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- xii) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como de qualquer hipótese de vencimento antecipado;
- xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e do Banco Liquidante;
- xv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
 - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.



0000097747/00

- na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- d) manter os documentos mencionados no subitem "c", acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
 - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- xvi) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- xviii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;
- xix) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;
- xx) comparecer às AGD, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;



0000097747/00

- xxi) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- xxii) comunicar imediatamente ao Coordenador Líder qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures;
- xxiii) guardar, por 5 (cinco) anos contados da Data de Vencimento, toda a documentação relativa à oferta das Debêntures, bem como disponibilizá-la ao Coordenador Líder em um prazo de até 5 (cinco) dias, após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;
- xxiv) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- xxv) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- xxvi) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento, de (a) revelar informações relativas à Oferta, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações referentes à Oferta, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação;
- xxvii) cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e necessárias para execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do



0000097747/00

exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial; e

- xxviii) comunicar em até 1 (um) Dia Útil, contado da data do evento ou situação, ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- xxix) alterar a empresa de auditoria contratada pela Emissora sem anuência prévia dos Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, observado que não será necessária aprovação prévia dos Debenturistas caso a empresa de auditoria contratada seja uma das seguintes empresas PwC, Deloitte Touche Tohmatsu, Ernest & Young e KPMG;
- xxx) observará ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, bem como adotará quaisquer medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

CLÁUSULA VIII

AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.



00097747/00

8.2 Declaração

8.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- vii) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;



097747/00

- x) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- xi) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- xiii) as Garantias prestadas aos Debenturistas foram constituídas nesta data, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do inciso IX do artigo 12, da Instrução CVM nº 28/83, e serão registradas no(s) competente(s) Cartório(s) de Títulos e Documentos;
- xiv) que com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea K, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que não presta serviços de agente fiduciário; e
- xv) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha a atuar na qualidade de agente fiduciário.

8.3 Substituição

8.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura de Emissão, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo

acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e de 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.3.6 abaixo.

8.3.2 Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

8.3.4 A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEMG.

8.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.



0000097747/00

8.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

8.4 Deveres

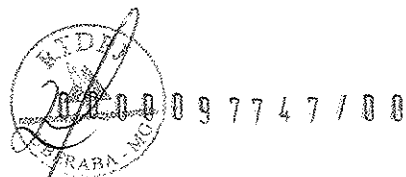
8.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou



inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;

- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- x) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- xi) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 2.1.2, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- xii) comparecer às AGDs a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

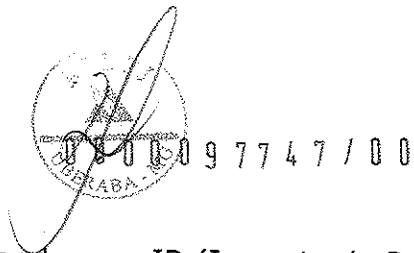


- d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula V acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora;
- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando:
 - i. denominação da companhia ofertante;
 - ii. valor da emissão;
 - iii. quantidade de debêntures emitidas;
 - iv. espécie;
 - v. prazo de vencimento das debêntures;
 - vi. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - vii. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.



000097747/00

- xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - c) na CVM;
 - d) na sede do Coordenador Líder;
- xv) enviar a última versão do relatório a que se refere a alínea (xiii) acima tempestivamente à Emissora, de modo que esta disponibilize-o à CVM na mesma data. O Agente Fiduciário deverá comunicar a Emissora a data em que disponibilizará o relatório e deverá encaminhar o documento à Emissora até a referida data em horário comercial;
- xvi) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 2.1.2, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;
- xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora, e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;



remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.7 Despesas

8.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que todas as despesas acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora, sempre que possível, exceto em caso de decretação de vencimento antecipado, seja ele pecuniário ou não pecuniário, em que o Agente Fiduciário não precisará obter a autorização prévia da Emissora.

8.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 5 (cinco) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora, acompanhada dos comprovantes de pagamento.

8.7.3 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas correspondem, entre outros, a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

8.7.4 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam:

- xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada (a) à CVM; e (b) à CETIP;
- xx) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula VI acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto;
- xxii) disponibilizar o cálculo do Valor Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

8.5 Atribuições Específicas

8.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- ii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- iii) requerer a falência da Emissora;
- iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

[Handwritten signatures and initials]

- v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2 Observado o disposto na Cláusula VI (e seus itens) acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) do item 8.5.1 acima, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) do item 8.5.1 acima.

8.5.3 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5.4 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.5.5 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de

obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

8.6 Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1 Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração: parcelas anuais de R\$15.000,00 (quinze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após data de assinatura desta Escritura de Emissão e as seguintes no mesmo Dia Útil do ano subsequente.

8.6.2 As parcelas citadas nos itens supra serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

8.6.3 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.6.4 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.5 As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a



0000097747/00

publicações em geral; notificações, extração de certidões, despesas com *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

CLÁUSULA IX

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Convocação

9.1.1 À AGD aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1.2 A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou (iv) pela CVM.

9.1.3 A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto no item 2.1.2 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.4 As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

9.2. **Quorum de Instalação**

9.2.1 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, ou administradores (conselheiros ou diretores) da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

9.3 **Mesa Diretora**

9.3.1 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. **Quorum de Deliberação**

9.4.1 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.4.1 acima: (i) os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, caso aplicável; e (ii) qualquer alteração (a) na Remuneração, inclusive no que dispõe a Cláusula 4.6.2.5 acima; (b) em quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (c) nos eventos previstos na Cláusula VI acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; (d) nas regras relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado, previsto na Cláusula V acima; (e) na Data de Vencimento; e/ou (f) na espécie das

Debêntures; em qualquer destas hipóteses, será necessária a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 9.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

9.4.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA X

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- i) é sociedade por ações devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Colocação, as Garantias e a cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm plenos poderes estatutários para representar a Emissora na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;



00000097747/00

- iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- v) a celebração dos documentos da Oferta Restrita, inclusive desta Escritura de Emissão, bem como o cumprimento das obrigações previstas nela, não infringiu qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem acarretou em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos (incluindo a aprovação da AGE), é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura de Emissão na JUCEMG e o registro das Garantias nos Cartórios e o registro das Debêntures na CETIP;
- vii) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- viii) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais, societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas plenamente válidas e em vigor;
- ix) cumpre leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- x) cumpre o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio



0000097747/00

Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social;

- xi) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar a Emissora à manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- xii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- xiii) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- xiv) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;
- xv) não omitiu nem omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira, bem como jurídica sua em prejuízo dos Debenturistas;



0097747/00

- xvi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura de Emissão e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis;
- xvii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;
- xviii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções previstas nesta Escritura de Emissão.

10.2 A CMAA declara e garante que:

- i) é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações nestes previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- iii) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a CMAA e/ou de quaisquer das controladas da CMAA sejam parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da CMAA; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- v) as obrigações assumidas na Garantia Fidejussória constituem obrigação legal, válida e vinculativa da CMAA, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil.
- vi) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas;
- vii) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a afetar de forma material a capacidade da CMAA de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- viii) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que os impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Emissão;
- ix) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- x) cada uma das controladas da CMAA foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para conduzir seus negócios;
- xi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela CMAA de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto por aqueles previstos nesta Escritura;
- xii) os balanços patrimoniais da CMAA datados de 31 de março de 2013 e 30 de junho de 2013, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado da CMAA apresentam de maneira adequada à situação financeira da CMAA nas aludidas datas e os resultados da CMAA referentes aos períodos encerrados em tais datas;

- xiii) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- xiv) preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela CMAA, por suas controladas, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos; e
- xv) possui justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por ela detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura.

10.3 A Emissora e a Fiadora, conforme o caso, comprometem-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Comunicações

11.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:



00097747/00

i) para a Emissora:

VALE DO TIJUCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.

Fazenda União, s/nº, Rodovia BR 050, Km 121, a 17 quilômetros da rodovia,
Zona Rural, CEP 38056-050.

Uberaba/MG

At.: Sr. Sylvio Ortega Filho

Tel.: (34) 3228-7310

Fax: (34) 3228-7335

E-mail: sylvio.ortega@cmaa.ind.br

ii) para a Fiadora:

COMPANHIA MINEIRA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL PARTICIPAÇÕES S.A.

Fazenda União, s/nº, Rodovia BR 050, Km 121, a 17 quilômetros da rodovia,
Zona Rural, CEP 38056-050.

Uberaba/MG

At.: Sr. Sylvio Ortega Filho

Tel.: (34) 3228-7310

Fax: (34) 3228-7335

E-mail: sylvio.ortega@cmaa.ind.br

iii) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 4, Sala 514, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio
Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

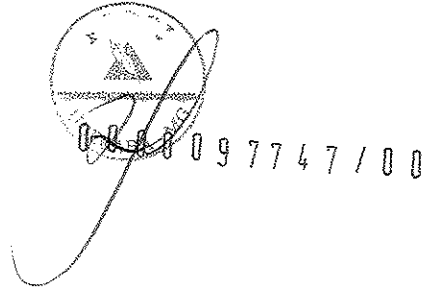
iv) para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B - Térreo

Tatuapé, CEP: 03084-010

São Paulo/SP



At.: Douglas Callegari
Telefone: (11) 2797-4431
Fac-símile: (11) 2797-3140

v) para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B - Térreo
Tatuapé, CEP: 03084-010
São Paulo/SP

At.: Douglas Callegari
Telefone: (11) 2797-4431
Fac-símile: (11) 2797-3140
Correio Eletrônico: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

vi) para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
CEP 01452- 002
São Paulo/SP
At. Gerência de Valores Mobiliários
Tel: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.2 Renúncia

11.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhum atraso,



97747/00

omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3 Despesas

11.3.1 A Emissora arcará com todos os custos relativos à Emissão e à distribuição, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

11.4 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

11.4.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

11.5 Disposições Gerais

11.5.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

11.5.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula

declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.5.3 Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil.

11.5.4. O inadimplemento de qualquer obrigação da Emissora decorrente das Debêntures enseja para os Debenturistas a faculdade de promover a imediata execução do título e das garantias constituídas ou vinculadas ao título, bem como outras que porventura gerem direitos sobre ela, a fim de se ressarcir de seu crédito, podendo os Debenturistas, nos termos do artigo 368 do Código Civil, também compensar quaisquer eventuais créditos que o mesmo tenha e/ou venha a ter em face da Emissora com quaisquer créditos que a Emissora tenha ou venha a ter de quaisquer espécies junto aos Debenturistas.

11.6 Foro

11.6.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 11 de novembro de 2013.

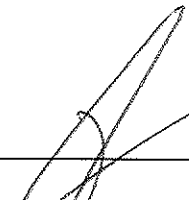
(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)




0097747/00

PÁGINA 1/4 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, DA VALE DO TIJUCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.

VALE DO TIJUCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.


Nome: Carlos Eduardo Turchetto Santos
Cargo: Diretor Superintendente


Nome: Sylvio Ortega Filho
Cargo: Diretor Financeiro

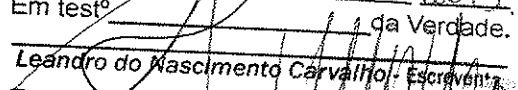
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
R. Machado de Assis, 685 - Uberlândia-MG - 3215-7048

Reconheço por SEMELHANÇA(S) a(s) Fima(a)


Uberlândia-MG, 11/11/2013

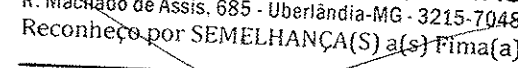
Em testº da Verdade.

Leandro do Nascimento Carvalho - Escrevente



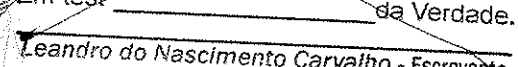
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
R. Machado de Assis, 685 - Uberlândia-MG - 3215-7048

Reconheço por SEMELHANÇA(S) a(s) Fima(a)


Uberlândia-MG, 11/11/2013

Em testº da Verdade.

Leandro do Nascimento Carvalho - Escrevente





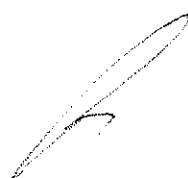


0097747/00

PÁGINA 2/4 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, DA VALE DO TIJUCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULO E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome:
Cargo: **Marcelle Santoro**
Diretora

2 Serviço Notarial RJ- Tabeliao ADILSON WAGNER FIRMINO
ESTRADA DOS BANDEIRANTES 209-TAQUARA- TEL 3342-8163 Nº:13111110-42
Reconheço por semelhança a firma de: MARCELLE MOTTA SANTORO, a qual
onfere com o padrão arquivado em Cartório.
Rio de Janeiro, 11 de Novembro de 2013.
Em testemunho da verdade
ESCREVENTE- ALBERTO MARQUES DOS SANTOS




PÁGINA 3/4 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, DA VALE DO TIJUCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.

COMPANHIA MINEIRA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL


Nome: Carlos Eduardo Turchetto Santos
RG: Diretor Presidente
CPF:

2º Ofício de Notas


Nome: Sylvio Ortega Filho
RG: Diretor Financeiro
CPF:

2º Ofício de Notas

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
R. Machado de Assis, 685 - Uberlândia-MG - 3215-7048
Reconheço por SEMELHANÇA(S) a(s) Fima(a)
Carlos Eduardo Turchetto Santos
Sylvio Ortega Filho por representante da Vale do Tijuco A.A.S.A.
Uberlândia-MG 11/11/2013
Em testº _____ da Verdade.
Leandro do Nascimento Carvalho - Escrevente

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
R. Machado de Assis, 685 - Uberlândia-MG - 3215-7048
Reconheço por SEMELHANÇA(S) a(s) Fima(a)
Carlos Eduardo Turchetto Santos
Sylvio Ortega Filho por representante da Vale do Tijuco A.A.S.A.
Uberlândia-MG 11/11/2013
Em testº _____ da Verdade.
Leandro do Nascimento Carvalho - Escrevente



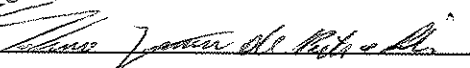




000097747/00


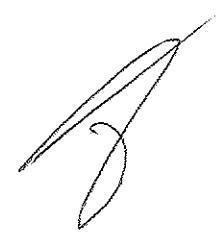
PÁGINA 3/4 DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, DA VALE DO TIJUCO AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.

Testemunhas:

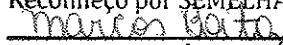
  

Nome: **Marcos Boita**
RG: **Financieiro**
CPF: **Cia Mineira de Açúcar e Alcool Participações**
Vale do Tijuco Açúcar e Alcool Ltda
Triângulo Mineiro Açúcar e Alcool Ltda

Nome: **Pedro R. da Silva**
RG: **CPF: 12.517.79**
CPF: **RG: 1.606.722-3**

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS
R. Machado de Assis, 685 - Uberlândia-MG - 3215-7048
Reconheço por SEMELHANÇA(S) a(s) Fima(a)


Uberlândia-MG 14/11/2013
Em testº da Verdade.
Leandro do Nascimento Carvalho - Escrevente



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO:ED.000.161-6/000
EM 14/11/2013
#VALE DO TIJUCO ACÚCAR E ALCOOL LTDA#

AN1002755

PROTOCOLO: 13/909.328-1


MARCELLY DE PAULA MOURA
SECRETÁRIA GERAL

